

A IMPORTÂNCIA DO GASTO PÚBLICO NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO BRASIL (2000 A 2023)

THE IMPORTANCE OF PUBLIC SPENDING IN BRAZIL'S ECONOMIC DEVELOPMENT (2000 TO 2023)

Cristiani Pereira Melesko¹

Resumo: A despesa pública pode influenciar o desenvolvimento econômico através do aumento dos investimentos públicos. O presente estudo procura analisar a importância dos investimentos públicos na educação, saúde, infraestruturas e no capital humano, no processo de desenvolvimento econômico. O objetivo do artigo é abordar, numa perspectiva teórica, a relevância do gasto público no desenvolvimento econômico brasileiro. A pesquisa apontou que, uma alocação eficiente dos gastos públicos em diferentes áreas estratégicas, inovadoras e com potenciais disseminadoras, pode influenciar e impulsionar o desenvolvimento econômico do país.

Palavras-chave: Gasto Público. Investimento. Desenvolvimento Econômico. Educação. Áreas Estratégicas.

Abstract: Public expenditure can influence economic development by increasing public investment. This study seeks to analyze the importance of public investments in education, health, infrastructure and human capital in the process of economic development. The objective of the article is to address, from a theoretical perspective, the relevance of public spending in Brazilian economic development. The research showed that an efficient allocation of public spending in different strategic, innovative areas with potential disseminators can influence and influence the country's economic development.

¹ Graduanda em Administração Pública pela Faculdade Uniasselvi

Keywords: Public Spending. Investment. Economic development. Education. Strategic Areas.

INTRODUÇÃO

A eficiência na utilização dos recursos públicos no Brasil tem suscitado debates sobre as boas práticas de gestão pública e os respectivos impactos no desenvolvimento econômico. Em primeiro lugar, é preciso lembrar que as finanças públicas não têm objetivo por si só, sendo que as finanças são o meio pelo qual o Estado pode atuar na economia e na sociedade, ou seja, implementar políticas públicas. Além disso, deve-se levar em conta que estes atendem às necessidades da sociedade.

As necessidades da sociedade visam naturalmente o aumento dos rendimentos, o aumento do emprego e a melhoria da qualidade de vida, ou seja, o desenvolvimento econômico e social, sendo que essas solicitações são dinâmicas. Ou seja, a sua força muda ao longo do tempo, dependendo de fatores como a demografia, a maturidade política e as mudanças sociais. A forma como um Estado decide alocar os seus recursos e implementá-los determina como os seus meios são disponibilizados para realizar esses desejos sociais.

O investimento público é necessário para permitir uma maior produtividade e competitividade, bem como melhores resultados econômicos. Por outro lado, a falta de investimento em infraestruturas irá abrandar o desenvolvimento econômico. A implementação de investimentos públicos continuará a ter um impacto positivo na eficiência fiscal a longo prazo. O aumento da produtividade aumenta o desenvolvimento populacional e econômico, criando empregos e rendimentos, o que por sua vez aumenta a base tributária e as receitas do governo e, em última análise, aumenta o investimento.

Compreende-se que crescimento e o desenvolvimento econômico são fundamentais para cada país, no entanto, são indicadores diferentes. Enquanto o crescimento econômico se centra na produção, no consumo e no enriquecimento, o desenvolvimento está mais ligado à ideia de qualidade

de vida, tendo em conta diversos fatores. Portanto, no presente artigo, procura-se responder o seguinte problema de pesquisa: qual é a importância dos gastos (investimentos) públicos no desenvolvimento da economia brasileira (2000 a 2023)?

O objetivo geral deste artigo é analisar a importância dos gastos públicos no desenvolvimento econômico brasileiro. Os objetivos específicos são: conceituar os gastos públicos; explicar a relação entre gastos públicos e investimentos públicos; demonstrar a relação entre investimentos públicos e desenvolvimento econômico; e, fazer um levantamento de dados para refutar a importância dos investimentos públicos no desenvolvimento econômico brasileiro de 2000 a 2023.

METODOLOGIA

A abordagem metodológica utilizada para cumprir com os objetivos propostos no presente trabalho é a pesquisa bibliográfica. Com relação a abordagem do problema, o trabalho é qualitativo, pois alguns fenômenos que foram analisados possuem como princípio de coleta de dados sobre o gasto público e o desenvolvimento econômico. Assim sendo, a pesquisa realizada foi considerada bibliográfica por se basear de material disponível e já publicado, sendo utilizados artigos científicos, trabalhos acadêmicos e livros retirados de sites confiáveis como Scielo e Google Acadêmico entre os anos de 2000 a 2023.

REFERENCIAL TEÓRICO

GASTOS PÚBLICOS E INVESTIMENTOS PÚBLICOS

Segundo Bogoni, Nelson e Beuren (2011), as alterações nos níveis de despesa pública afetam o nível de rendimento do país. O governo pode aumentar a procura agregada injetando recursos no setor privado através da compra de bens e serviços ou reduzindo impostos. Poderia também reduzir a procura, reduzir a despesa, impactar a procura de bens e serviços no setor privado ou aumentar os

níveis de impostos.

O mecanismo que o governo utiliza para aumentar ou diminuir a renda da economia é chamado de política fiscal. Assumindo que a despesa pública é uma componente da procura agregada, qualquer alteração que ela represente provocará alterações no nível de rendimento da economia, uma vez que esta alteração provoca um efeito multiplicador.

O papel dos gastos públicos em infraestrutura na promoção do desenvolvimento econômico é empírico e teoricamente baseado em estudos de países desenvolvidos e em desenvolvimento, incluindo o Brasil. No entanto, especialmente no Brasil, há poucas pesquisas que documentem empiricamente a ligação entre o aumento dos gastos públicos em infraestrutura como meio de redução da pobreza (CRUZ; TEIXEIRA; BRAGA, 2010).

O impacto positivo do investimento em infraestrutura na produtividade dos fatores aumenta a remuneração do capital privado e estimula novos investimentos privados, bem como a geração de empregos e renda. A produtividade do trabalho também aumentou devido ao aumento do capital privado e das infraestruturas. As políticas que ajudam a reduzir o custo dos serviços de infraestruturas aumentarão a produtividade e a competitividade dos setores econômicos, ao mesmo tempo que estimularão significativamente o desenvolvimento e melhorarão o bem-estar social.

De acordo com Orair e Siqueira (2018), é evidente que a relação entre o gasto público e o investimento público não é tão simples e definitiva. O montante do investimento e de outras despesas públicas é determinado pela direção da política econômica e pelas prioridades de um determinado governo, que por sua vez é determinado pela forma como as suas instituições funcionam. Este quadro político e institucional reflete-se no sistema fiscal, um conjunto de regras e instituições que regulam a implementação da política monetária.

As alterações no nível de despesa pública afetam o nível de rendimento de um país. Os governos podem aumentar a procura agregada fornecendo recursos ao setor privado através da compra de bens e serviços ou reduzindo impostos. Poderá também levar à redução da procura, à redução da despesa, a um impacto na procura de bens e serviços do setor privado ou a um aumento das taxas de

impostos.

Os municípios brasileiros são responsáveis por apenas 6,5% da arrecadação tributária nacional, o que explica sua dependência financeira da União e dos estados. Dessa forma, a gestão pública de qualidade apresenta-se como elemento essencial, pois a aplicação de bens públicos afeta a produtividade e a qualidade de vida das cidades (IBGE, 2012 apud PICCOLI; BARONCHELLO; NARDI, 2017),

Na literatura, há evidências de que a despesa pública pode estimular o desenvolvimento econômico e aumentar a produtividade do setor privado. Os gastos públicos podem estimular o desenvolvimento econômico, principalmente através do aumento do investimento, em vez de gastos do consumidor e subsídios. O uso eficiente dos recursos gera benefícios para a sociedade, contribuindo para o desenvolvimento social. Seguindo uma linha de pensamento semelhante, o uso ineficiente dos recursos públicos pode ter impactos positivos e negativos no desenvolvimento econômico de um município. Os gastos públicos em infraestrutura afetam os retornos dos insumos privados, estimulam o investimento e o emprego e, portanto, afetam o desenvolvimento geral da economia.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Para Rocha e Giuberti (2007), existe uma vasta literatura que discute a relação entre a dimensão do governo e o desenvolvimento econômico. Contudo, pouco se sabe sobre como a estrutura da despesa pública afeta a taxa de desenvolvimento de um país. Existem dois fatores que demonstram a importância de prestar atenção à composição. Em primeiro lugar, embora a dimensão do governo seja uma questão de escolha pública, a sua composição é objeto de conflito político. Distinguir entre despesas públicas produtivas e ineficientes e determinar como um país pode melhorar o seu desempenho econômico alterando a combinação entre os dois pode ajudar a resolver esta disputa. Em segundo lugar, após sucessivos ajustamentos orçamentais, enfrentamos a difícil questão de saber onde reduzir ainda mais os impostos. Que componentes da despesa pública devem ser reduzidos? A resposta de-

pende claramente da contribuição de cada componente da despesa para o desenvolvimento econômico, juntamente com muitos outros fatores.

Em teoria, existem duas formas de avaliar a qualidade da despesa pública e o seu impacto no desenvolvimento. A primeira é indireta e envolve avaliar os resultados das despesas que têm um impacto positivo no desenvolvimento, por exemplo, despesas com saúde e educação, e depois tentar medir o seu desempenho no setor público, fazendo ligações entre esses resultados ou produtos. A segunda é direta e procura medir o impacto da despesa pública no desenvolvimento econômico através de análises estatísticas e econométricas ou estudos de caso. Em geral, as despesas são classificadas como produtivas e improdutivas, de acordo com o seu impacto nos níveis de atividade, tendo as primeiras um impacto positivo e as últimas um impacto negativo no desenvolvimento econômico.

A importância do governo no desenvolvimento reside na sua capacidade de encorajar direta e indiretamente a acumulação de determinantes do desenvolvimento econômico. Por exemplo, a acumulação de capital físico é influenciada pelos gastos do governo com a formação bruta de capital fixo, tanto pelo governo federal como por estados e municípios. A teoria do desenvolvimento endógeno enfatiza que ainda existem fatores externos envolvidos no fornecimento de bens públicos e quase públicos que aumentam os retornos do investimento privado, as taxas de poupança e a acumulação de capital. Portanto, as despesas relacionadas com o consumo público, subsídios e transferências também merecem atenção especial (RODRIGUES; TEIXEIRA, 2010).

As três funções básicas do governo na economia são apropriação, distribuição e estabilização. A primeira função baseia-se no fato de que a alocação eficiente de recursos não pode ser alcançada apenas através do mercado, onde o Estado participa através do fornecimento de bens públicos. A função distributiva permite que a distribuição da renda se aproxime do que é considerado justo pela sociedade, e a função estabilizadora centra-se no controle da produção, do emprego, dos preços e no equilíbrio da balança de pagamentos, além de alcançar um desenvolvimento econômico acessível.

Segundo Herrera e Blanco (2004) apud Rocha e Giuberti (2005), estimam os efeitos de curto e longo prazo da política fiscal sobre a produção. No longo prazo, a elasticidade do rendimento do

capital público é superior à do setor privado. Em contrapartida, os impostos têm um impacto negativo significativo. Os gastos do consumidor ou a seguridade social não afetam o produto e os subsídios têm um impacto negativo sobre o produto. No curto prazo, o capital privado tem um impacto maior na produção do que o capital público, a despesa pública não tem impacto na produção e os impostos têm um impacto negativo na produção.

É necessário separar os gastos em consumo e investimento. Observando que o impacto dos gastos públicos pode ocorrer de duas maneiras, diretamente no produto da economia e indiretamente através do impacto no investimento privado, estimando-se o impacto dos gastos públicos no investimento privado. Os resultados indicam que existe uma relação negativa de longo prazo entre a despesa de consumo público e a produção.

O comportamento do gasto público é o que determina a relação com o produto. Portanto, o governo pode optar por gastar menos ou mais para fornecer serviços públicos. O papel da política fiscal no desenvolvimento econômico é um debate de longa data na literatura econômica. A importância do papel da política fiscal reside na sua capacidade de encorajar direta e indiretamente a acumulação de determinantes do desenvolvimento econômico (BARRO, 1990 apud BOGONI; NELSON; BEUREN, 2011).

Os modelos que consideram a política fiscal determinada exogenamente não se preocupam em explicar quais fatores influenciaram o governo na escolha da política fiscal, nem como ela será escolhida. Caracterizam-se por modelos de agentes representativos em que a relação de longo prazo entre a política fiscal e o desenvolvimento depende da fonte de tributação, sendo: rendimento, capital ou consumo, e, do destino definido pelo governo para os recursos adquiridos, sendo consumo ou investimento.

INVESTIMENTOS PÚBLICOS GERADORES DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

De acordo com Bogoni, Hein e Beuren (2011) apud Piccoli, Baronchello e Nardi (2017), o

governo estabelece um conjunto de prioridades relativas à prestação de serviços públicos básicos e aos investimentos que precisam ser feitos. A despesa pública representa a maior parte das atividades governamentais e é constituída pelo dinheiro que o Estado gasta para financiar os serviços públicos para as mudanças no nível de gastos públicos que afetam o nível de renda do país. O governo pode aumentar a procura agregada injetando recursos no setor privado ou reduzindo impostos, diminuindo a procura através da redução de gastos ou aumentando a carga fiscal.

O desembolso governamental deve ser contínuo e eficaz para que a prestação de serviços públicos seja específica e possa atender às necessidades da população. A falta de ligação entre a despesa pública e os desejos das pessoas ocorre quando não existe um mecanismo de incentivo no setor público para utilizar o capital disponível para fins produtivos.

A relação entre os gastos do consumidor, subsídios e transferências e o Produto Interno Bruto, para o governo consolidado, que de 1950 a 1980 foi em média 18% do PIB, aumentou para 26% nas duas décadas seguintes, enquanto a proporção do investimento no PIB diminuiu quase 30%, levando em consideração períodos semelhantes. Se esta situação não for revertida nos próximos anos, seja por meio de investimento público direto ou não, as taxas de desenvolvimento do produto e da produtividade da economia brasileira enfrentarão limites rígidos nos próximos anos (RODRIGUES; TEIXEIRA, 2010).

Os resultados sobre o impacto dos gastos públicos nos diferentes setores do governo no desenvolvimento econômico mostram que é necessário dar prioridade ao investimento, principalmente do setor público, em detrimento dos gastos, consumo, subsídios e transferências, porque o setor público é ineficiente. Estas conclusões devem-se ao fato de estas despesas terem um impacto global maior no desenvolvimento econômico, mesmo que o seu impacto externo seja menor.

Educação

Para Barro (1991) apud Rocha e Giuberti (2005), a defesa e a educação como despesas pú-

blicas são consideradas eficientes. Na verdade, os gastos com a educação pública são essencialmente um investimento em capital humano. Da mesma forma, os gastos com segurança ajudam a proteger os direitos de propriedade, aumentando o investimento e o desenvolvimento econômico. O aumento dos recursos atribuídos às despesas não produtivas está associado a taxas de desenvolvimento per capita mais baixas.

É necessário determinar quais componentes dos gastos públicos podem ser considerados eficientes nos países em desenvolvimento, evitando classificar a priori os gastos públicos como produtivos ou ineficazes. Em vez disso, é preciso que os dados nos digam quais as componentes que satisfazem a definição de despesa produtiva. Os resultados empíricos relativos a em desenvolvimento indicam que as despesas normalmente consideradas produtivas podem tornar-se ineficazes quando excessivas. Este será o caso das despesas de capital, transportes e comunicações, saúde e educação. Apenas a despesa corrente, como categoria geral, está associada a um maior desenvolvimento econômico. Isto resulta do fato de os países em desenvolvimento concentrarem as suas despesas em capital e não em financiamento. Portanto, a recomendação tradicional de aumentar a parcela do investimento público no orçamento para promover o desenvolvimento, mas valiosa para os países desenvolvidos porque investem relativamente mais em finanças, não é verdadeira para os países em desenvolvimento.

A relação entre desenvolvimento e educação como pressupostos e consequências mútuas é um tema recorrente, especialmente nesta era conhecida como pós-modernismo. A educação é uma componente fundamental do capital humano e deve ser incentivada e promovida pelos países que procuram um desenvolvimento que inclua não só o crescimento econômico, mas também o progresso social, reduzindo a desigualdade e protegendo o ambiente (BRUNO, 2011).

A educação tem a capacidade de alcançar melhores resultados em situações sociais que envolvem mudanças individuais e coletivas. Por exemplo, quando se trata de benefícios individuais do desenvolvimento econômico através da produtividade do trabalho, a educação é um elemento fundamental para as nações que pretendem melhorar a qualidade de vida dos residentes urbanos.

Saúde

Segundo Figueiredo et al. (2018), nos últimos anos, o termo mobilização de recursos para a saúde, que tem um significado mais amplo do que financiamento, tem atraído a atenção. Mobilização de recursos refere-se não apenas à garantia de recursos novos ou adicionais, mas também à otimização dos recursos existentes, além de atrair novas parcerias e desenvolver fontes alternativas de financiamento.

Na rede de serviços de saúde pública significa mobilizar recursos dos governos federal, estadual e municipal, do orçamento da Seguridade Social e das parcelas destinadas à saúde. Depois de identificar os seus próprios recursos, pode começar a retirá-los de outras fontes, sendo geralmente o orçamento da coligação a fonte principal.

No que diz respeito ao papel da despesa pública no combate à pobreza, foi comprovada a eficácia da despesa pública na educação e saúde, bem como nas estradas e na energia, na melhoria da pobreza e na qualidade do capital humano e material do país, melhoria da educação e dos cuidados de saúde, bem como a qualidade das estradas e a capacidade de produção de energia, têm um impacto positivo no rendimento per capita e na produtividade da economia (CRUZ; TEIXEIRA; BRAGA, 2010).

Nesse sentido, uma vez que o desenvolvimento da renda per capita e da produtividade total dos fatores ajudam a reduzir a pobreza, podemos dizer que, mesmo que indiretamente, o gasto público nessas categorias econômicas é uma medida eficaz para o modelo desenvolvimento econômico, marcado por problemas sociais.

Transporte

De acordo com Bertussi e Ellery Junior (2012), o investimento público no setor de transpor-

tes tem um impacto positivo estatisticamente significativo no desempenho econômico de longo prazo dos estados brasileiros, contribuindo potencialmente para a redução das disparidades de renda entre os estados.

Contudo, evidências empíricas mostram que os gastos públicos em infraestrutura de transporte são mais produtivos nas regiões menos desenvolvidas do país (regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste).

Isto significa que o mesmo montante de despesa pública tem impactos diferentes dependendo da parte do país a que é aplicado. Isso mostra que o papel do Estado continua sendo fundamental na promoção do crescimento econômico e do desenvolvimento regional no Brasil.

Há distinção entre bens e serviços públicos que participam da função utilidade e aqueles que complementam a produção regional. O primeiro parece ter um impacto negativo no desenvolvimento. Na verdade, mesmo que proporcionem comodidades às famílias, os impostos mais elevados necessários para financiá-los reduziram os retornos do investimento privado e os incentivos ao investimento. Ocorreu uma relação negativa e significância estatística entre a taxa real de crescimento da produção e a taxa de desenvolvimento econômico para a participação no mercado de produção mundial (BARRO, 1990 apud ROCHA; GIUBERTI, 2007).

Constata-se um impacto positivo do investimento público, especialmente nas estradas, ruas e sistemas de água com relação ao desenvolvimento econômico e na produtividade do setor privado. Além disso, o investimento público em transportes e comunicações nos países em desenvolvimento conduz a um maior desenvolvimento econômico. Para outros tipos de despesas públicas, as evidências são, na verdade, inconclusivas quanto a saber se constituem despesas produtivas.

Infraestrutura

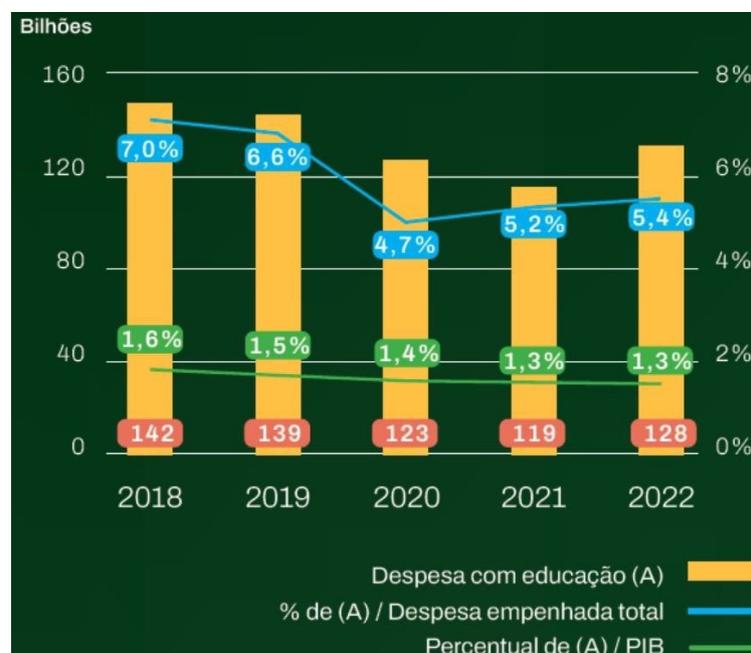
Para Bertussi e Ellery Junior (2012), o investimento privado em infraestruturas enfrenta frequentemente obstáculos intransponíveis, uma vez que poucos grupos empresariais podem suportar

financeiramente os riscos associados a tais despesas e projetos. Portanto, a participação estatal parece ser uma opção adequada para cobrir as necessidades de investimento, especialmente nos países em desenvolvimento onde a infraestrutura não está distribuída uniformemente em seu território, como é o caso do Brasil. O caso do Brasil tornou-se emblemático, destacando as diferentes características de cada região através de seus aspectos territoriais e destacando a importância do investimento em infraestrutura como forma de reduzir a desigualdade.

A consolidação de infraestruturas num país de perfil continental exige investimentos contínuos alinhados com um plano de desenvolvimento forte e coerente. Contudo, nas últimas décadas o Brasil não tem conseguido atender às necessidades de infraestrutura do país, embora não falte visão ao governo brasileiro quanto à importância da participação governamental no planejamento e implementação desses planos.

INVESTIMENTOS PÚBLICOS E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL EDUCAÇÃO

Figura 1 - Investimento público com a educação



Fonte: Bruno (2011).

Conforme Figura 1 apresentada acima, em 2022, a União investiu R\$128 bilhões em gastos com funções educacionais, o equivalente a 1,3% do PIB, mesma proporção de 2021. A Constituição Federal também prevê o valor mínimo que deve ser destinado à manutenção e ao desenvolvimento da educação, o chamado mínimo de educação. O mínimo de educação para 2022 foi calculado em R\$63 bilhões, e a União investiu R\$84 bilhões especificamente na manutenção e no desenvolvimento da educação, resultando em um superávit de R\$21 bilhões em relação ao valor previsto na Constituição.

SAÚDE

Tabela 1 - Investimento público com a saúde

Países	2000	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Brasil	40,3	43,8	44,4	45,8	45,2	44,3	45,1	46
França	79,4	77,3	77,5	77,5	77	77,2	77,1	78,2
Itália	72,1	76,9	77	77	75,1	75,3	75,6	75,6
Portugal	67,7	67,4	68,7	68,7	66,5	64	65,2	64,8
Espanha	71,6	74	75,7	75,1	73,9	71,7	71,5	70,9
Reino Unido	79,6	81,6	83,2	83,5	83,2	82,9	83,3	83,1

Fonte: Figueiredo et al. (2018).

De acordo com a Tabela 1 apresentada acima, o gasto per capita com saúde do Brasil é inferior ao relatado por outros países, aproximadamente equivalente ao gasto público de R\$42,60 por pessoa por dia para cobrir intervenções e serviços de saúde pública para os brasileiros, comparável a outros países, mas inferior ao esperado no sistema médico geral.

TRANSPORTE

Tabela 2 - Investimento público com o transporte

Ano	% PIB
2001	0,59
2002	0,50
2003	0,34
2004	0,43
2005	0,53
2006	0,54
2007	0,53
2008	0,65

Fonte: Bertussi e Ellery Junior (2012).

Com base nos dados apresentados na Tabela 2, entre 2001 e 2008, o investimento no setor de transportes foi em média 0,51% do PIB do Brasil. Mais uma vez, as taxas de investimento no setor de transportes foram maiores em outros países do que no Brasil. Segundo dados de 2001 para o Chile e a Colômbia (considerando apenas os sectores rodoviário e ferroviário), a taxa de investimento em infraestruturas de transportes foi de 1,96%, respectivamente.

INFRAESTRUTURA

Tabela 3 - Investimento público com a infraestrutura

Ano	% PIB
2001	3,32
2002	2,20
2003	1,62
2004	1,85
2005	2,06
2006	2,07
2007	2,01
2008	2,47

Fonte: Bertussi e Ellery Junior (2012).

De acordo com a Tabela 3 apresentada acima, a taxa de investimento em infraestruturas do país tem oscilado em torno de 2% nos últimos anos. Em outros países, a proporção foi ainda maior. Os dados da Índia de 2006 e 2007 mostram que o investimento em infraestruturas foi de cerca de 5,63%. Em 2003, a China investiu 7,3% do seu PIB neste setor, enquanto o Vietname investiu 9,9% e a Tailândia 15,4% no mesmo ano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no referencial teórico abordado no decorrer do artigo, analisou-se que todas as despesas feitas pelo governo com impostos e outras fontes são classificadas como gastos públicos, incluindo infraestrutura, educação, saúde, segurança, etc. Além disso, algumas despesas aumentam o desenvolvimento econômico, enquanto outras financiam a manutenção. Esta estrutura ajuda a compreender e monitorizar vários aspectos de como os fundos públicos são utilizados pelo governo.

Portanto, com base nos resultados da investigação, conclui-se que o papel dos governos locais está relacionado com a prestação de serviços públicos, o que afeta a produtividade e a qualidade de vida dos trabalhadores e, como resultado, afeta o desenvolvimento econômico. As despesas com infraestruturas, educação, saúde e transporte que fazem parte da política fiscal local são despesas consideradas produtivas e podem gerar externalidades positivas e, portanto, reduzir a produção do setor privado da economia local. Assim sendo, o gasto público pode estimular o desenvolvimento econômico principalmente através do aumento do investimento em detrimento do consumo e das despesas com subsídios.

O investimento público é uma das ferramentas mais importantes dos governos para fornecer bens públicos à sociedade civil. No entanto, esta atividade sempre desperdiça recursos, sendo que muitos defendem a intervenção não governamental para reduzir este desperdício. No entanto, as falhas do mercado exigem a presença do governo na economia.

Por fim, concluiu-se que os investimentos públicos são considerados como meio fundamental para atingir os objetivos almejados para o desenvolvimento econômico. Visto que o investimento público não é apenas um instrumento de política fiscal que pode ser utilizado ao longo de todo o ciclo econômico para sustentar a procura, mas deve ser integrado em projetos de desenvolvimento com base num diagnóstico crítico da produtividade de um país para melhorar os seus resultados.

REFERÊNCIAS

BERTUSSI, Geovana Lorena; ELLERY JUNIOR, Roberto. Infraestrutura de transporte e crescimento econômico no Brasil. *Journal Of Transport Literature*, [s. l.], v. 6, n. 4, p. 101-132, out. 2012.

BOGONI, Nadia Mar; NELSON, Hein; BEUREN, Ilse Maria. Análise da relação entre crescimento econômico e gastos públicos nas maiores cidades da região Sul do Brasil. *Revista de Administração Pública*, [S.L.], v. 45, n. 1, p. 159-179, fev. 2011. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-76122011000100008>.

BRUNO, Lúcia. Educação e desenvolvimento econômico no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, [s. l.], v. 16, n. 48, p. 545-806, dez. 2011.

CRUZ, Aline Cristina; TEIXEIRA, Eryl Cardoso; BRAGA, Marcelo José. Os efeitos dos gastos públicos em infraestrutura e em capital humano no crescimento econômico e na redução da pobreza no Brasil. *Revista Economia*, [s. l.], p. 163-185, dez. 2010.

FIGUEIREDO, Juliana Oliveira et al. Gastos público e privado com saúde no Brasil e países selecionados. *Saúde em Debate*, [S.L.], v. 42, n. 2, p. 37-47, out. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0103-11042018s203>.

ORAIR, Rodrigo Octávio; SIQUEIRA, Fernando de Faria. Investimento público no Brasil e suas relações com ciclo econômico e regime fiscal. *Economia e Sociedade*, [S.L.], v. 27, n. 3, p. 939-969, dez. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3533.2018v27n3art9>.

PICCOLI, Márcio Roberto; BARONCHELLO, Débora; NARDI, Janini. A importância do gasto público no crescimento econômico municipal. *Revista de Administração e Contabilidade*, [s. l.], v. 16, n. 32, p. 86-102, dez. 2017.

ROCHA, Fabiana; GIUBERTI, Ana Carolina. Composição do gasto público e crescimento econômico: uma avaliação macroeconômica da qualidade dos gastos dos estados brasileiros. *Economia Aplicada*, [S.L.], v. 11, n. 4, p. 463-485, dez. 2007. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-80502007000400001>.

ROCHA, Fabiana; GIUBERTI, Ana Carolina. Composição do gasto público e crescimento econômico: um estudo em painel para os estados brasileiros. *Encontro Nacional de Economia*, [s. l.], v. 3, n. 6, p. 1-17, 2005.

RODRIGUES, Rodrigo Vilela; TEIXEIRA, Eryl Cardoso. Gasto público e crescimento econômico no Brasil: uma análise comparativa dos gastos das esferas de governo. *Revista Brasileira de Economia*, [S.L.], v. 64, n. 4, p. 423-438, dez. 2010. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-71402010000400005>.